

Contabilidade de perda preocupa os japoneses

por Ronaldo D'Ercole
de São Paulo

O centro das preocupações dos bancos japoneses credores da dívida brasileira indicam uma data: 30 de setembro. É quando o Ministério das Finanças do Japão vai definir de que forma serão contabilizados nos balanços das instituições os juros que não foram pagos pelo Brasil desde 20 de fevereiro deste ano, quando o País declarou a moratória.

Esta inquietação entre os dirigentes de bancos japoneses foi revelada pelo diretor-presidente do Banco de Tokyo no Brasil, Toshiro Kobayashi, na quarta-feira em São Paulo. O executivo diz que em março último, quando se encerrou o segundo semestre do ano fiscal de 1986, a autoridade monetária orientou os bancos a contabilizar os juros não recebidos até então, como se tivessem sido pagos, ignorando, portanto, o não recebimento. Agora, observou Kobayashi, "se nada mudar até o final do mês, é possível que esses débitos não saldados pelo Brasil sejam enquadrados na categoria entre os créditos de difícil recebimento" ("non accrual").

Entre os caminhos possíveis ao governo brasileiro para evitar que a reclassificação dos débitos se concretize, Kobayashi indica a retomada imediata das negociações com os credores — uma hipótese difícil de se confirmar em prazo tão estreito —, ou, em último caso, que o País realize um pagamento simbólico (parcial) dos juros atrasados.

COMITÊ

O Banco de Tokyo é uma das quatorze instituições que integram o comitê de bancos credores (que ao todo soma setecentos bancos) que assessoram as negociações da dívida externa brasileira, na condição de representante dos bancos asiáticos, especialmente os japoneses.

Em razão das diferentes orientações de política financeira dos vários países a que pertencem esses bancos e, ainda, levando-se em conta que cada um deles segue uma estratégia própria, Kobayashi acredita que o comitê deverá enfrentar muito trabalho até conseguir um posicionamento consensual para a próxima rodada de negociações com o Brasil — que se inicia a partir da segunda quinzena de setembro.

Referindo-se aos bancos



Toshiro Kobayashi

japoneses, o executivo acredita que não haverá grandes resistências "para se unirem em torno das condições que sejam decididas pelo comitê", o que ele qualifica como "espírito de colaboração". Quanto ao projeto que está sendo desenvolvido pelo governo brasileiro para conversão da dívida em investimentos no País, Kobayashi considera esta uma questão secundária.

CONVERSÃO

"O mais importante é chegar a um acordo no âmbito da renegociação de toda a dívida, em que os créditos sejam reescalados. Depois vem a conversão, que teria um papel acessório e complementar", explica Kobayashi, por tratar-se de um mecanismo que envolveria apenas uma pequena parcela do volume total devido pelo Brasil. Em conjunto, os bancos privados japoneses acumulam cerca de US\$ 10 bilhões em créditos com o País, o equivalente a quase 10% da dívida externa.

Ao ser informado sobre os termos em que o Brasil pretende renegociar sua dívida, anunciados pelo ministro Bresser Pereira, Kobayashi reagiu com surpresa num primeiro instante, mas, em seguida, retomou o tom reservado. "Seria precipitado algum comentário agora, sem conhecer mais detalhadamente os mecanismos e outras condições em que se baseia a proposta."

O executivo, entretanto, considera interessante que se tragam proposições formuladas para as discussões dentro do processo de negociação. Do ponto de vista da conjuntura interna brasileira, o presidente do Banco de Tokyo entende que "o déficit público continua sendo o fator mais preocupante e problemático da economia nacional".